

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.941 - SP (2019/0121625-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE MONTE MOR
PROCURADOR : VICTOR FRANCHI - SP297534
AGRAVADO : E M J
ADVOGADO : ÂNGELO ANTÔNIO PIAZENTIM - SP060022

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ACÓRDÃO A *QUO* DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IRREGULARIDADE NA FORMAÇÃO DA COMISSÃO. NULIDADE. AFERIÇÃO DE PREJUÍZO. EXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. N. 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 192):

ACÇÃO DECLARATÓRIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. Pedido de invalidação do Processo Administrativo Disciplinar que culminou na pena de suspensão por 60 dias, cumulado com danos materiais e morais. Alegação de nulidade do ato Administrativo, por vício na composição da comissão processante por ser constituída por servidora não estável. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Monte Mor que exige que todos os integrantes da comissão processante sejam estáveis no serviço público, não sendo de aplicar a exceção prevista no parágrafo único, por falta de expressa certificação do Chefe do executivo. Previsão constante do art. 149 do estatuto dos servidores públicos federais (Lei federal n. 8.112/90) que se aplica subsidiariamente. Condenação em danos morais afastada. Regular exercício de função legal da Administração. Composição irregular da Comissão Processante que evita a pronta solução do mérito e eventual imposição de pena. Vantagem que não pode ao mesmo tempo ser afirmada como causa de injusto sofrimento moral. Sentença de procedência parcialmente reformada para afastar a condenação em danos morais. Recurso de apelação parcialmente provido.

Os embargos de declaração apresentados na origem foram rejeitados.

Nas razões do especial, o recorrente sustenta violação dos arts. 188 e 489, § 1º, I, III, IV e V, ambos do CPC/2015. Defende que o acórdão *a quo* não se manifestou acerca de todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia. Assevera que o acórdão *a quo* demonstrou excessivo apego ao formalismo ao decretar nulidade de um ato administrativo sem demonstração de qualquer prejuízo.

Não foram apresentadas contrarrazões.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que o acórdão *a quo* está devidamente fundamentado e de que o provimento do apelo excepcional independe de exame probatório dos autos.

Sustenta a parte agravante que deve ser conhecido o recurso especial, porque (e-STJ fl. 262): "a decisão não fundamenta a alegada desnecessidade da produção da prova requerida, incorrendo na pecha da nulidade por ausência de regular fundamentação".

Não foi ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Verifica-se que inexistente a alegada ofensa ao art. 489 do CPC/2015, pois conforme depreende-se dos autos, o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou da questão suscitada, resolvendo, portanto, de modo integral a controvérsia posta.

Portanto, na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Ademais, o Tribunal de origem confirmou a sentença ao declarar a regularidade da anulação do processo administrativo levado a cabo por uma comissão que não observou o disposto no art. 149 da Lei n. 8.112/1990. Confira-se (e-STJ fl. 194):

Sem ser maculada por qualquer irregularidade, portanto, a r. sentença proclamou com acerto a necessidade de anulação do processo administrativo, cabendo tão somente excluir a condenação do Município por danos morais.

Não há controvérsia, primeiramente, quanto ao fato de o autor ter sido suspenso de suas funções por 60 dias, após procedimento administrativo levado a cabo por Comissão Processante que incluía, entre seus membros, servidor não efetivo, ocupante de cargo em comissão.

Diante disso, a r. sentença recorrida reconheceu a nulidade do procedimento administrativo, pois realizado com ofensa ao art. 149 da Lei 8.112/90:

Logo, o provimento do recurso especial depende de exame fático probatório dos autos com o fim de aferir se há prejuízos consequentes de uma nulidade no processo administrativo disciplinar conduzido por uma comissão irregular. Essa tarefa não é possível nos termos da Súm. n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

